



LAURO SODRÉ EM REVISTA: TEXTOS, TRAÇOS E RETRATOS DO SENADOR PARAENSE NO PERIODISMO CARIOCA

ALAN CHRISTIAN DE SOUZA SANTOS*

Lauro Sodré (1858-1944) construiu uma trajetória política expressiva ao longo da Primeira República¹. Sendo bastante compreensivo, portanto, que ele tenha atraído o interesse de variados órgãos de imprensa e, ao mesmo tempo, que essa ampla cobertura jornalística tenha feito surgir visões muito distintas a despeito de suas ideias e ações.

No estado natural de Sodré, o Pará, é sabido que o debate na imprensa foi forjado a partir da polarização de “*lauristas*” e “*lemistas*”, onde a *Folha do Norte*, órgão correligionário de Lauro Sodré, cuidava da construção de uma imagem pública elogiosa, vibrante e enaltecida do militar e político, enquanto *A Província do Pará*, jornal de propriedade de Antônio Lemos, o intendente de Belém (1897-1911), cuidava da visão oposta e crítica contumaz.

Neste sentido, levando em conta que uma parte significativa da vida de Lauro Sodré se deu no Rio de Janeiro, seja como estudante e depois professor da Escola Militar da Praia Vermelha, ou mesmo como representante do Pará e do Distrito Federal no Senado Federal, cabe indagar: como a imprensa carioca enxergava o político paraense? Qual o tratamento dispensado a ele na capital da República? Haveria diferença na abordagem feita em solo paraense? Até que ponto é possível pensar em similaridades? O que era próprio da vivência de Sodré no Rio de Janeiro? De que modo essas imagens circulavam entre Belém e o Distrito Federal?

Para elaborar uma reflexão a respeito do assunto recorri às revistas ilustradas que circularam no Rio de Janeiro do início do século XX. Mais precisamente, aos periódicos *O Malho* (1902-1954), *Fon-Fon!* (1907-1945) e *Careta* (1908-1960).

De modo geral, estas publicações se mostram interessantes no campo historiográfico não apenas pelos textos que fizeram imprimir, mas fundamentalmente pelas charges, caricaturas e fotografias de que se valeram para satirizar, elogiar ou criticar a política nacional e seus

* É professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Marabá Industrial; doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará e membro do Grupo de Pesquisa Militares, Poder e Sociedade na Amazônia.

¹ Deputado Constituinte, PA, 1891; Governador, PA, 1891-1897; Senador, PA, 1897-1902; Candidato a Presidente da República (1898); Senador, DF, 1903-1912; Senador, PA, 1912-1917; Governador, PA, 1917-1921; Senador, PA, 1921-1929; Senador, PA, 1930.

personagens, dentre eles Lauro Sodré. Assim, acredito que a proposta possa ajudar a entender melhor não apenas as representações que foram elaboradas para Lauro Sodré no Rio de Janeiro, mas também alguns dos assuntos com os quais ele se viu envolvido dentro e fora do Senado Federal.

A princípio, é importante esclarecer que as revistas ilustradas despontaram no Brasil ainda no período imperial. Ana Luiza Martins afirma que a leitura ligeira e amena proporcionada pelo gênero periódico revista, acrescido do recurso da ilustração, incentivaram o consumo literário entre uma população sem tradição de leitura, uma vez que as imagens facilitavam a assimilação das mensagens compartilhadas (2008: p.63).

O italiano Angelo Agostini, a partir da década de 1860, se transformou no principal nome da caricatura praticada no Brasil. Aliás, como indicou Isabel Lustosa, até o final do século XIX a caricatura brasileira foi praticamente produzida por estrangeiros (LUSTOSA, 1989: p.53).

Com a estreia de Raul Pederneiras, Calixto Cordeiro e J. Carlos, já no período republicano, foi que se inaugurou, de fato, um tipo de caricatura genuinamente brasileira. Com a chegada do novo regime e das novas demandas e realidades sociais, a imprensa se diversificou. Nesse período de transformações, pondera Maria de Lourdes Eleutério, a imprensa conheceu diversos processos de inovação tecnológica que permitiram tanto o melhoramento das charges e caricaturas, como a utilização das fotografias em larga escala. Houve aumento nas tiragens, melhor qualidade na impressão, redução do custo do impresso e o ensaio de um consumo massificado de periódicos (2008: p.83).

Nesse novo cenário, os caricaturistas foram se tornando cada vez mais relevantes nos domínios da imprensa republicana. E, apesar das revistas ilustradas manterem uma estreita aproximação com o remodelamento urbano e a circulação de capital no Rio de Janeiro, elas não se resumiam ao elogio do progresso. Havia nelas elementos de crítica e ironia da política republicana, sobretudo no caso das charges.

Neste sentido, Guilherme Mendes Tenório afirma que as charges do período republicano não seriam apenas instrumentos para conferir sentido à realidade política daquele momento, mas uma forma de intervir no estado das coisas, dando legitimidade à determinadas ações e não a outras (2009: p.25). Além disso, é importante ter em mente que as charges e caricaturas podem causar riso, por possuírem uma carga de humor, mas também podem causar estranhamento, na medida em que despertam uma visão do político ou da situação retratada que até então se desconhecia (GAWRYSZEWSKI, 2008: p.16).

Analisando as fotografias publicadas originalmente na *Careta*, Cláudio de Sá Machado Júnior apontou questões semelhantes. Segundo ele, as revistas ilustradas, de modo geral, “definiram um novo padrão de visualidade das práticas sociais e da cultura urbana no cotidiano do Rio de Janeiro”. Assim, para se compreender os códigos culturais impressos nas fotografias, seria preciso considerar estas mesmas fotografias como índices das novas práticas sociais das elites e das camadas médias urbanas que tentavam se apresentar como a população propriamente dita da capital do país. Tais práticas servem para “pensar as formas de representação destes grupos através da mediação dos fotógrafos e revistas ilustradas como instâncias produtoras de significados sociais”, haja vista o interesse consciente ou não de se comunicar valores e fazer reivindicações sociais (MACHADO JÚNIOR: 2006, p.28).

Não ignoro que cada artista ou revista pudesse ter suas preferências políticas e concepções de mundo, mas, por ora, importou-me mais identificar os lugares destinados ou ocupados por Lauro Sodré nas páginas ilustradas da sociedade carioca.

Entre 1902 e 1930, *O Malho* foi quem destinou maior espaço para assuntos relacionados à figura de Lauro Sodré. Importa saber, neste caso, que a revista era considerada uma das mais politizadas do seu gênero e por muito tempo reuniu os melhores caricaturistas daquela geração (TEIXEIRA, 2001: p.34). Além disso, o humor praticado pela publicação tinha relação com a desilusão republicana do início do século XX (TENÓRIO, 2009: p.35). Lauro Sodré não era destacado apenas no traço. Ele aparecia também em textos, principalmente publicados em seções como o “Carrilhão do Senado”, que tinham por objetivo ponderar, satirizar e criticar certos acontecimentos da vida parlamentar brasileira.

Na realidade, mesmo com todo o desenvolvimento técnico e o prestígio dos caricaturistas durante a Primeira República, o texto continuou sendo utilizado como elemento de referência da charge, isto é, como parte de sua linguagem. Ele aparecia, em geral, em forma de título e legenda. “Esse texto, contudo, sofre uma mudança em sua estrutura interna, tornando-se curto e “rápido”, na medida certa para acompanhar o desfecho de piadas que se resolvem num só quadro” (TEIXEIRA, 2001: p.38).

Dentro desse contexto, a primeira menção ao nome de Lauro Sodré na revista *O Malho* foi feita, em forma textual, na edição de 18 de outubro de 1902, quando se falou da possível substituição de Lauro Muller pelo político paraense na comissão de finanças do Senado Federal. O primeiro, “um tipo acabado de esfria em política, com a sua calma, a sua inalterabilidade [...] com toda a sua ação sedativa para as angustias do tesouro e para os ardores partidários”. O segundo, de “ação estimulante”, servia “para coroar os heróis mais ardorosos e condimentar as feijoadas mais irritantes”. De modo que, previa-se que o Senado acabaria sendo aquecido das

“geadas governistas de Santa Catarina com a canícula oposicionista do Pará” (O MALHO, 18/10/1902: p.10).

A receptividade ao nome de Lauro Sodré apareceu com mais intensidade nas páginas de *O Malho* quando se indicou em tom de lamento a possibilidade de Sodré perder a vaga no Senado diante da dominação “lemista” no Pará. Neste sentido, a candidatura pelo Distrito Federal passou a ser pensada como um “verdadeiro protesto nacional contra a condenação ao ostracismo com que o bobo do Sr. Montenegro acredita poder esmagar o homem de maior prestígio que a República possui hoje” (O MALHO, 14/02/1903: p.4).

O resultado do pleito e do reconhecimento de Lauro Sodré como senador pelo Distrito Federal foi representado por Calixto (*Imagem 1*) como um triunfo do povo contra a fraude, ao menos no pleito senatorial. Uma vitória com ares de surpresa diante da descrença existente em relação aos processos eleitorais de então. No entanto, embora a charge expresse uma aceitação tranquila em relação à entrada de Lauro Sodré no campo político carioca e *O Malho* continuasse apresentando Sodré como um político capaz de aquecer o debate parlamentar, isto é, alguém disposto a “chamar as hostes a peleja, como se dissesse: ou vai ou racha!” (O MALHO, 10/10/1903: p.10), ainda assim é preciso destacar que o desenho se funda exatamente na disputa entre Sodré e Lopes Trovão acerca da apuração e validação da eleição. Barata Ribeiro, também senador pelo Distrito Federal, era o principal defensor de Trovão, o que denota alguma resistência ao nome de Lauro Sodré.

Imagem 1: “No Senado”².



Fonte: O MALHO, 27/06/1903, capa.

² Na legenda é possível ler as seguintes falas: Lauro Sodré: “Até que afinal...”; J. Murtinho: “Vamos ser reconhecidos”; Coro: “Nunca percas a esperança, quando houver temporal, que há de vir a bonança, suceder-lhe afinal”.

A relação entre *O Malho* e o senador Lauro Sodré seguia na mais perfeita cordialidade quando, em outubro de 1904, a “Crônica do Malho” falou a respeito de uma “procissão” de “triques patrioqueiros” que pretendia retirar Rodrigues Alves do Catete e nele colocar Lauro Sodré (O MALHO, 22/10/1904: p.4). Começava a se espalhar o rumor de que o senador pelo Distrito Federal havia se tornado uma ameaça ao Estado. Na semana dos conflitos, a revista afirmou que Lauro Sodré estava ganhando contornos negativos em toda a imprensa.

O ilustre homem político, que é senador e alta patente do exército, não se contentou, como o Sr. Barbosa Lima, de se opor no Congresso, com todas as forças da sua inteligência e da sua energia, à passagem da lei da vacina obrigatória. [...] Nesta situação o Sr. Lauro Sodré esqueceu que era membro do Congresso e que era oficial do exército e foi presidir uma reunião em que se decidiu impedir a execução da lei à bala! Ele chegou mesmo a aconselhar ao povo o emprego desse recurso contra os exatores da lei. A imprensa caiu-lhe em cima e deu-lhe de rijo e, vamos e venhamos, deu-lhe com razão. Não é a um senador da República e a um oficial do exército que pode nunca caber o papel de incitador de rebeliões. Os radicais que apelam para a revolução não se recrutam nessas classes: essas são por natureza, por índole, por função, as classes essencialmente conservadoras. Se o Sr. Lauro Sodré se despisse dessas insígnias que são as do regime dominante e viesse, simples cidadão, para o seio do povo protestar não com retórica, mas com armas na mão, contra o que lhe parecesse uma violação dos direitos populares, bem! Nada havia que dizer: era um convencido, que arriscava alguma cousa na dança. Mas ficar dentro da sua curul de senador e de sua farda oficial, duas vezes dentro do orçamento, e vir aconselhar ao povo que se vá deixar matar na rua para ele poder entrar no Catete como presidente, como ditador, como imperador, como for possível, é duro de roer. [...] Há quatro ou cinco anos que não ouço senão que a revolução está na rua e que o Dr. Lauro Sodré é que vai para o Catete. Estou doído que ponham o homem lá de uma vez, para a gente ter sossego. Agora, muito me hei de rir, se treze meses depois, o sr. Gomes de Castro, por exemplo, também com gana de ir para o Catete, começa por aí a declamar:
- Qual! Este não é o Lauro de meus sonhos! (O MALHO, 12/11/1904: p.4).

A partir da crônica de Ruy Vaz, é possível aventar algumas questões. Primeiro, havia uma certa unanimidade nos órgãos de imprensa, inclusive entre aqueles que diariamente publicavam notas elogiosas à figura de Lauro Sodré, como o próprio *O Malho*, de que o senador havia passado dos limites ao incitar a população ao enfrentamento com o governo. Em segundo lugar, o entendimento do limite da atuação política de Lauro Sodré girava em torno do seu pertencimento ao Exército e ao Senado, o que faria dele um agente das classes conservadoras. De acordo com esta percepção, a conduta do político paraense teria se tornado incompatível com o que se esperava dele. O papel de “revolucionário” só caberia, portanto, a quem não ocupasse posições no governo ou no Estado. Terceiro, apesar da atitude reprovada, Lauro Sodré continuava sendo observado como um nome forte para a presidência da República.

De uma forma ou de outra, a imagem de Lauro Sodré perante a imprensa começou a mudar a partir daí. As charges assinadas por Ruy Vaz que sucederam aos episódios da Revolta da Vacina trazem Lauro Sodré sempre em posição destacada e desejoso de assumir a presidência da República e implementar uma ditadura. De maneira que, a imagem patriótica

antes referendada pelas páginas de *O Malho* modifica-se sensivelmente e passa a ser vista sob suspeição. O patriotismo de Lauro Sodré se converte em mero discurso, sua abnegação e desinteresse apenas peças discursivas para alimentar o seu sonho de poder. Os mortos, feridos e degredados por conta dos embates militares e civis passaram a ser referenciados como vítimas de seu plano para chegar à presidência da República. Mas, a rigor, tratava-se de um modo de perceber aqueles acontecimentos, uma representação. E, talvez, aqui caiba lembrar a famosa colocação de Roger Chartier, segundo a qual as percepções do social não podem de modo algum serem tomadas como neutras, posto que elas tendem a impor uma autoridade à custa de outras, a impor um projeto reformador ou justificá-lo. De modo que, as representações do social estariam “sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (1988: p.17).

Em 1905 a imagem de Lauro Sodré ganhou contornos ainda mais ambíguos. Em primeiro lugar, o Conselho de Guerra nomeado pelo Supremo Tribunal Militar para julgar Lauro Sodré declarou-se incompetente para a tarefa. Diante disso, o Tribunal se viu obrigado a nomear novos oficiais para cumprirem a missão. O acontecido deu novo folego a Lauro Sodré perante a opinião pública e demonstrou que ele continuava gozando de prestígio entre alguns dos segmentos militares e civis.

Antes do episódio no Conselho de Guerra, outro fato reforçou a ideia de que o prestígio de Lauro Sodré ou se mantinha intacto ou estava sendo recobrado com alguma intensidade. Em março de 1905, mesmo preso e sendo processado por conspiração, ele foi reeleito para a Comissão de Instrução Pública no Senado. Diante disso, o articulista de *O Malho* afirmou que a situação só poderia indicar duas coisas: ou Lauro Sodré era vítima de um erro judiciário, ou a política era uma coisa que ninguém entendia (O MALHO, 20/05/1905: p.21). De um modo ou de outro, nos meses que antecederam a aprovação da anistia, Lauro Sodré parece ter conseguido paulatinamente reverter o impacto negativo que a ação de novembro de 1904 lhe reputou.

A soltura de Lauro Sodré teria sido uma apoteose e marcado definitivamente a tônica ambígua que lhe seria imposta doravante. A charge de R. Lobão (*Imagem 2*), publicada na capa da revista *O Malho*, sugere tanto em seu conteúdo visual quanto no escrito uma reaproximação de Sodré em relação aos segmentos populares, representada nas vozes populares que lhe saúdam e no diálogo com o personagem “Zé-Povo”. Lançava-se a expectativa, referendada pelas figuras de Rui Barbosa, Moreira da Silva e Barata Ribeiro, de que Lauro Sodré pudesse retomar a sua sintonia com o povo, entendida mais uma vez dentro do perfil socialmente aceito nos segmentos

conservadores do proceder de um senador e militar, ou seja, de alguém que deveria prezar pela ordem e não a subverter.

Imagem 2: “O grande anistiado” – Repercussão da soltura de Lauro Sodré³.



Fonte: O MALHO, 09/09/1905, capa.

Anistiado, Lauro Sodré voltou a atuar como senador pelo Distrito Federal e essa atuação contribuiu para que o seu nome se projetasse novamente com algum destaque no cenário federal. É preciso recordar, neste caso, que no campo político existem relações objetivas e de conflito que se processam a partir das posições ocupadas pelos agentes e pelo capital que cada um deles detém. Quanto maior o grau de posicionamento, maior o capital simbólico e vice-versa (BOURDIEU, 2002: p.66). Por esta via, levando em conta os elementos sinalizados até aqui, é plausível argumentar que Lauro Sodré gozava de uma colocação privilegiada no seio da sociedade carioca. Somente isso explicaria seus movimentos, inclusive, os insurrecionais.

Lauro Sodré ocupava o posto de uma liderança política que procurava denunciar os desvios da obra republicana, ganhando espaço com a ideia da revisão constitucional, em um campo político marcado por pronunciamentos, em geral, esvaziados de sentido prático no tocante ao melhoramento da vida em sociedade.

O político paraense estava, de um lado, vinculado à “espada”, isto é, ao grupo de senadores militares, constantemente acusados de idealizarem uma República deixada para trás ainda nos primeiros anos de novo governo. De outro, defendia a reforma constitucional. “Espada” e “revisão” seriam as palavras de ordem de Lauro Sodré, palavras através das quais

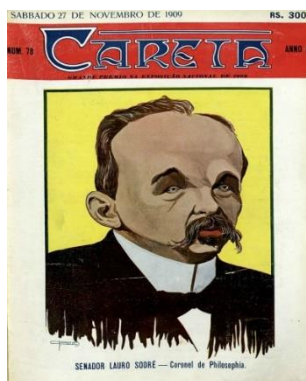
³ Na legenda: “Vozes populares: Viva o Dr. Lauro Sodré! Viva! / Zé Povo: Bons ventos o tragam à terra firme! A República só precisa de ordem e tranquilidade. O senhor doutor é militar e senador, ninguém mais competente para trabalhar por aquilo de que a nação mais carece. Cá estou eu para ajuda-lo nessa missão de paz. Mãos à obra! / Lauro Sodré: “Fortalecido por ti, só de ti necessito, porque de ti é que vivem as democracias”. / Ruy Barbosa, Moreira da Silva e Barata Ribeiro: Bela resposta! Queira Deus que ela encerre o período das bernardas”.

ele teria sido preso em 1904 e continuava a se movimentar após a anistia, conseguindo projetar-se entre outros protagonistas do mundo político brasileiro.

Comparado à um morteiro, cujo estampido da explosão poderia assustar, mas que no final deixava apenas um resíduo fumegante e inofensivo (O MALHO, 29/07/1907: p.30), Lauro Sodré não apenas se consolidou entre os principais nomes da política nacional, mas rapidamente perdeu o status de ameaça ao Estado, embora continuasse sendo tratado como um político da “oposição”.

Para os redatores da *Careta*, ele era o “Coronel de filosofia” (*Imagem 3*), um dos militares que tomou parte da propaganda republicana e que mais tarde, no novo regime, ascendeu politicamente e não retornou mais para as fileiras militares, recebendo acumuladamente os vencimentos e vantagens tanto de uma quanto de outra carreira, o que, em geral, vinha acompanhado de inúmeras críticas. Mas, no caso de Sodré, o “Coronel de filosofia”, parte das críticas eram atenuadas pelo perfil do senador militar.

Imagem 3: “Senador Lauro Sodré, coronel de filosofia”.



Fonte: A CARETA, 27/11/1909, capa.

No entender do redator da revista, o “valente coronel de filosofia” teria nascido para a política ao lado de Benjamin Constant, sob a auréola de “discípulo querido”. Seus traços mais atenuantes seriam a rija honestidade e a excessiva moderação, por isso ele se tornara “um dos cidadãos mais pacientemente acariciados pelas volúveis massas populares”. Para o povo paraense, era o “ídolo intangível” e o “candidato vitalício à presidência do cálido estado”. Os seus tenazes adversários e os seus ardentes amigos concordavam quando falavam de suas “excepcionais virtudes de caráter, a vastidão do saber, a profundidade do talento, a clara superioridade do pensar, a nobre pureza das intenções, a magnífica tolerância e os provados méritos de administrador”. De maneira que, a bondade ingênua e vasta era a principal adversária de Lauro Sodré (CARETA, 16/11/1912: p.11).

Como se pode perceber, os adjetivos atribuídos à Lauro Sodré pela revista *Careta* eram todos elogiosos. Até mesmo os apregoados defeitos de Sodré eram pensados como uma extensão das suas virtudes. Mas, se por mais um instante, tomarmos a advertência do “Zé Povo” (*Imagem 2*) quando da anistia de Lauro Sodré, isto é, a ideia de que a República só precisava de “ordem e tranquilidade” e que, na qualidade de militar e senador, Sodré seria extremamente habilitado para conceder o que a nação mais carecia, devendo para tanto deixar de lado as “bernardas”, então, todo esse tratamento elogioso só quererá dizer uma coisa: de algum modo Lauro Sodré se alinhou ao modelo político considerado como aceitável e deixou de incomodar. O apelido de “filósofo”, neste caso, para além da erudição que de fato ninguém lhe negava ter, também se articulava com os discursos políticos esvaziados. De outro modo, significa dizer que, de um lado, o governo aprendeu a lidar com o tipo de oposição feita por Lauro Sodré e, de outro, que apesar do potencial inventivo e gerador do seu *habitus* político, ele partilhava de um conjunto de características que davam sentido ao seu grupo social, isto é, Lauro Sodré, mesmo com suas particularidades, era parte do jogo político e por isso tinha de fazer movimentos muito semelhantes aos dos políticos com os quais rivalizava ou então encontrar estratégias para obter os mesmos resultados.

As fotografias, em certo sentido, podem expressar elementos desse pertencimento grupal. “Nas fotografias imprimem-se indícios de costumes, de formas de comportamento e de traços culturais em geral, que determinaram as maneiras pelas quais determinados grupos sociais buscaram representar visualmente pessoas e ambientes diversos” (MACHADO JÚNIOR, 2006: p.12).

Roupas, cenários, posturas, tudo ajuda a pensar acerca dos padrões sociais com os quais determinadas pessoas ou grupos poderiam estar vinculados. Assim, o ato fotográfico tornou-se um componente da dinâmica social, “visto que todos aqueles que desejaram dar-se a ver e mobilizaram-se para deixar-se registrar pela máquina fotográfica, visaram, posteriormente, a promoção de suas imagens vinculadas à circulação dos produtos da imprensa de revistas” (MACHADO JÚNIOR, 2006: p.48).

Imagem 4: “Rio em flagrante: os nossos instantâneos – O Sr. Tenente Coronel Lauro Sodré, senador pelo Distrito Federal”



Fonte: FON-FON! 06/07/1907: p.21.

Como se pode verificar na *Imagem 4*, Lauro Sodré não escapou da moda fotográfica. No retrato acima, ele é casualmente “flagrado” pelas lentes do fotógrafo andando pelas ruas do Rio de Janeiro usando fraque, cartola e bengala. O tom do traje detona certa seriedade. Tudo parece estar no seu lugar, inclusive o bigode de Lauro Sodré, visto como elemento característico dos políticos do Senado, lugar que curiosa e tradicionalmente não admitiria imberbes (FON-FON!, 31/08/1907: p.19). De maneira que, o olhar apressado e desatento poderia acabar interpretando a referida imagem como um testemunho fidedigno do passado, sem atentar para as relações sociais que a tornaram possíveis.

No entanto, ainda que as imagens tenham por objetivo comunicar, a rigor, elas não dizem nada, são irremediavelmente mudas. E mesmo quando vem acompanhadas de legendas, o que era muito comum para o momento histórico considerado, elas dizem mais sobre o olhar de quem as legendou do que exatamente sobre a realidade.

Nesse ponto, é necessário retomar a análise de Peter Burke. Segundo ele, não se deve considerar o retrato como uma representação exata, modelar. Primeiro porque o retrato é um gênero pictórico elaborado a partir de convenções que se alteram lentamente ao longo do tempo. As poses, os gestos, os objetos e todos os acessórios utilizados para compor a cena seguem um esquema mais ou menos pré-concebido e muitas vezes estão carregados de significado simbólico. Segundo porque as convenções fazem com que os sujeitos sejam apresentados de determinada forma, geralmente, uma forma favorável. Assim, o retrato não seria um espelho da realidade, mas uma forma simbólica de apreendê-la (2004: p.31).

No caso de Lauro Sodré, por exemplo, não deve passar despercebido os lugares sociais que ele ocupava. Como militar, político, intelectual e morador da capital da República, ele estava situado em uma esfera social onde a ideia de progresso colocava-se de modo impositivo. E, como indicou Nicolau Sevcenko, a ideia obsessiva de progresso que caracterizou os

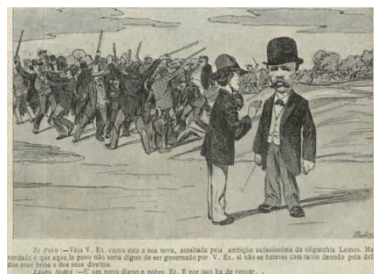
primeiros tempos republicanos era, na realidade, uma versão prática do conceito de civilização (2003: p.41).

Parece ser plausível, portanto, propor que Lauro Sodré minimamente tentou controlar a representação de si veiculada nos impressos ilustrados, fosse pela escolha das vestimentas e acessórios, pela mediação feita com os fotógrafos ou, simplesmente, pelo deixar-se fotografar em determinados lugares e circunstâncias. Era preciso mostra-se ao público pronto e “civilizado”. Mas, nada era natural, nem mesmo o lugar do “clique casual” ou a posição tomada pelo fotógrafo no instante da captura da imagem. No caso da fotografia veiculada pela revista *Fon-Fon!* (Imagem 4), não importava o lugar do registro, tão pouco os transeuntes, Lauro Sodré era o único ponto que se queria registrar.

Diante do exposto, é importante perceber que Lauro Sodré acabou assegurando um espaço privilegiado para a discussão dos acontecimentos da política paraense na imprensa carioca. Entre 1911 e 1917, período que marcou a saída de Antônio Lemos e o retorno de Lauro Sodré ao governo do Pará, essa tendência se fortaleceu.

A despeito da querela de “lauristas” e “lemistas”, é possível afirmar que no segmento das revistas ilustradas do Rio de Janeiro houve uma impressão enormemente favorável ao grupo vinculado à Lauro Sodré. Tanto que o também senador federal Arthur Lemos, sobrinho de Antônio Lemos, chegou a acusar a revista *Careta* de promover o elogio, “sob todas as formas” de Lauro Sodré (CARETA, 20/05/1911: p.10). Mas, fosse na *Careta* ou n’*O Malho*, o “Zé Povo” costumava expressar opiniões extremamente críticas à figura de Lemos e projetar Lauro Sodré como figura de apelo popular. Não obstante, a crítica mais veemente posta em relação à Lauro Sodré, deu-se exatamente quando ele cogitou fazer uma aliança com o que restara do segmento “lemista”.

Imagem 5: “A tragédia paraense”⁴.



⁴ Na legenda, consta: “Zé Povo: Veja V Exc. Como está a sua terra, assaltada pela ambição nefastíssima da oligarquia Lemos. Mas, a verdade é que aquele povo não seria digno de ser governado por V. Ex. se não se batesse como tanto denodo pela defesa dos seus brios e dos seus direitos. / Lauro Sodré: É um povo digno e nobre, Zé. E por isso há de vencer”.

Fonte: O MALHO, 01/06/1912: p.11.

Nos traços de R. Lobão (*Imagem 5*), Lauro Sodré é representado como a esperança do povo paraense. Dessa forma, ele é primeiramente chamado a observar o sofrimento de sua gente e depois convidado a intervir. Pouco importava se o atentado contra a sua pessoa teria sido simulado ou não, tão pouco se ele teria colaborado ou não na incitação do povo contra Lemos. Entendia-se que a luta era em favor da liberdade do povo, por isso todas as armas se tornavam aceitáveis, muito diferente do que acontecera em 1904, quando também em nome do povo ele tentara derrubar o governo constituído e por isso fora unanimemente reprovado pela opinião pública. De modo que, dada as circunstâncias, criou-se uma expectativa para que Lauro Sodré voltasse ao posto de governador do estado do Pará. Curiosamente, foi a não concretização deste ensejo que mudou novamente o status de Lauro Sodré perante as revistas ilustradas do Rio de Janeiro.

Na revista *Careta*, a chegada de Enéas Martins ao governo do Pará foi entendida como a “derrota de uma revolução silenciosa”. Em editorial, afirmava-se que de todos os “lauristas”, Lauro Sodré teria sido o único que não experimentara pessoalmente o peso da tirania do “lemismo”. Enquanto os seus correligionários sofriam todo tipo de perseguição durante os “longos dias de lemismo”, Sodré, pelos seus “altos méritos políticos”, vivia no Distrito Federal e representava “num brilhante silêncio” os eleitores cariocas no Senado. Por ele, o povo paraense teria feito “uma verdadeira revolução”, que acabara na nomeação de Enéas Martins (CARETA, 25/01/1913: p.14).

Em outro artigo, a crítica da *Careta* se tornou ainda mais incisiva. Repercutindo o boato de que “numerosos oficiais do Exército” pretendiam “salvar a nação desmantelada, por meio da elevação legal do eminente coronel Lauro Sodré ao posto mais alto da magistratura nacional”, o articulista da revista afirmava que o senador paraense possuía inúmeros predicados que fariam de qualquer outro indivíduo um excelente chefe da República de Platão, mas que, no caso de Lauro Sodré, fizeram dele apenas um chefe de família inatacável. Por isso, não deveria ser tirado de seu posto.

É evidente que essas colocações se relacionavam com a questão da sucessão presidencial. Porém, também se articulavam com as declarações públicas de Lauro Sodré de que não teria interesse naquele momento de ocupar o posto de governador do Pará. Assim, a simples cogitação de seu nome para a chefia do poder executivo despertou uma avalanche de críticas. Seu nome passou a ser visto com desconfiança por ser considerado inofensivo e incolor, uma espécie de bandeira hasteada em todas as direções da incoerente política nacional, mas

sem expressão (CARETA, 24/05/1913: p.18). Ora tratado como homem “doce e boníssimo”, ora ironizado como “revolucionário pacifista” ou “senador fardado de coronel”, Lauro Sodré passou a ocupar um contraditório lugar de inexpressividade e, ao mesmo tempo, de liderança na política nacional.

Quando a relação de Lauro Sodré com Enéas Martins começou a estremecer e o senador paraense iniciou nova peregrinação rumo às terras paraenses, a crítica carioca passou a ironizá-lo, dizendo que o interesse pelo Pará viera tarde demais. Através do traço irreverente de Calixto, *O Malho* representou Lauro Sodré como uma “múmia coroada de louros” que já não animava o “Zé Pará”, variação do “Zé Povo” exclusivo para a cena paraense (O MALHO, 26/02/1916: p.41). A *Careta*, por sua vez, afirmou que os principais feitos da carreira napoleônica de Lauro Sodré haviam sido o abandono dos incautos que lhe quiseram sentar na cadeira presidencial em 1904 e o abandono dos paraenses que arriscaram as vidas para colocá-lo no governo do estado em 1912 (CARETA, 04/03/1916: p.18).

Contudo, veio a deposição de Enéas Martins e o reconhecimento de Lauro Sodré como governador do Pará. Com o fato, o espaço para que se discutisse novamente se o político paraense teria liderado uma ação golpista.

A discussão foi ampla, envolveu os órgãos de imprensa do Pará e do próprio Rio de Janeiro. Neste sentido, no segmento das revistas ilustradas, do qual me ocupo aqui, os posicionamentos não tardaram a prestar reconhecimento à Lauro Sodré. A crônica editorial de *O Malho* de janeiro de 1917 destacou que seria hipocrisia lamentar e condenar o que considerava ser um ato de reação contra um governo irremediavelmente impopular, que desejava se manter no poder através de um “testa de ferro”. Por conseguinte, ressaltava que as cartas e telegramas enviados do Pará ao presidente da República indicavam que a maioria aplaudira o “movimento revolucionário” e “libertador da capital” (O MALHO, 06/01/1917: p.8). Por grandes que fossem as antipatias inspiradas pelo político paraense, dizia-se na *Careta*, Lauro Sodré havia sido reconhecido pelo Congresso Paraense. Além disso, a população do estado desejava ardentemente o seu governo. De modo que, seria um delito se o governo federal atentasse contra a “livre realização da soberana vontade dos eleitores paraenses” (CARETA, 13/01/1917: p.7).

Aparentemente, a ação enérgica, o pulso firme, o abandono das ideias filosóficas, bem como da passividade, da meiguice, da comodidade, da omissão, que a imprensa carioca parecia reclamar em relação à Lauro Sodré, ocorreu quando de seu retorno ao governo paraense em 1917. Novamente, não importava se tinha sido necessário transgredir os códigos políticos conservadores ou que o militar e senador paraense tivesse se envolvido em um cenário de

desordem. Contraditoriamente, parecia ser isso que esperavam alguns dos redatores e chargistas da imprensa ilustrada carioca. Rapidamente, Sodré foi novamente alçado ao posto de herói e de redentor dos paraenses.

O segundo governo de Lauro Sodré no Pará foi conturbado do início ao fim. Depois de chegar ao poder de maneira muito controversa, Sodré teve de enfrentar a estrutura deficitária que assolava a economia do estado. Não faltaram críticas ao seu desempenho. Muitos diziam que só cuidava de “politicagem”, enquanto a miséria e a fome se alastravam pelos diversos cantos da capital e do interior. Na imprensa ilustrada, as contradições continuavam. Embora o respeito predominasse, vez por outra surgia uma troça, como quando se afirmou que ele era político como todos os outros e “vacinado” desde 1904.

Imagem 6: As sete maravilhas da política no Rio de Janeiro⁵.



Fonte: O MALHO. 05/02/1927: p.42-43.

A partir de 1921 ele retornou ao Senado Federal e sua imagem foi perdendo a conotação heroica ou revolucionária de outros tempos. Também não foi mais tomado em sentido de inexpressividade. Ao contrário, com sua trajetória, retórica e elementos distintivos, ele se consolidou como uma das figuras mais caricatas da República. Tanto que, ao lado de Júlio Prestes, Arnolphi Azevedo, João Lyra, Vianna, Irineu Machado e Paulo Frontin, foi jocosamente considerado pela revista *O Malho*, em 1927, uma das “sete maravilhas” da política carioca, sendo equiparado, por conta de sua aparência física, à “Vista Chinesa”, ponto turístico da cidade do Rio de Janeiro (*Imagem 6*).

O detalhe fica por conta do fato de Lauro Sodré estar em pleno exercício de mandato eletivo pelo Pará. Mas, àquela altura, passado tanto tempo no Rio de Janeiro, após tantas idas e vindas, Lauro Sodré parecia ter sido incorporado ao patrimônio político daquela cidade, da mesma forma como havia sido em Belém.

⁵ Legenda: “O nosso mundo político tem, como o Rio de Janeiro, as suas sete maravilhas [...] Lauro Sodré, mercê da chinoiserie dos seus princípios republicanos e da sua aparência de filho de Manchúria, não pode ser senão a Vista Chinesa”. Os outros nomes que completam a lista são Júlio Prestes (o “Dedo de Deus”), Arnolphi Azevedo (“Bico de Papagaio”), João Lyra (o “Pão de Açúcar”), Vianna (o “Morro do Castelo”), Irineu Machado (o “Morro da Favela”) e Paulo de Frontin (o “Corcovado”).

No dizer de “Cadete”, cronista de *O Malho*, Lauro Sodré era um dos poucos republicanos históricos que não tinha razão de se queixar contra a República que ajudou a crescer e naquele momento depauperava, com os proventos e honrarias que lhe eram imputadas como militar e político. “Com aquele palminho de físico”, dizia o cronista, Lauro Sodré conseguiu chegar ao posto de general no Exército e no Senado sempre se mantivera “na ponta”, com seus discursos trêmulos e chorosos, cheios de máximas de Benjamin Constant e Augusto Comte. Há muitos anos, contudo, ele havia mergulhado na tranquilidade dos salões do Monroe e encontrado uma maneira de se equilibrar “entre o incondicionalismo teimoso, incolor de uma parte do Congresso e o oposicionismo ferrenho, sistemático, vermelho de outra”. Tanto que ainda estava lá, “gozando da amizade e do acatamento de uns e outros”. Segundo “Cadete”, Lauro Sodré não era onda, nem rochedo. Mas, também não era marisco. Era “uma espécie de luvas de oito onças no pulso da oposição”, capaz de amortecer os golpes. Calmo, ponderado e sereno, Lauro Sodré era áspero e humilde quando tinha que ser (O MALHO, 31/12/1927: p.22).

Os argumentos de “Cadete” servem para indicar que imagens muito distintas de Lauro Sodré foram veiculadas na imprensa carioca. O que, talvez, sirva para referendar a feliz observação de Américo Freire sobre a trajetória de Lauro Sodré, no sentido de que o político paraense estaria entre a insurreição e a institucionalização (FREIRE: 1997). De modo geral, ele transitou da oposição à situação, da heroificação à descrença, do prestígio à prisão, da popularidade ao elitismo, da ação à omissão, do papel revolucionário ao golpista. Por mais de uma vez, ele teve de reconstruir sua imagem perante a opinião pública e esta, embora guardasse suas reservas em relação ao senador republicano, não o desmerecia por completo. Em um segmento da imprensa com grande potencial para satirizar e até denegrir, como é o caso das revistas ilustradas, com suas charges e caricaturas políticas, este ponto parece não ser insignificante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, Ricardo. *O Pará Republicano: 1824-1929*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru/SP: EDUSC, 2004.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2ª Ed. Lisboa: Difel, 1988.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Imprensa a serviço do progresso”. In MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto: 2008, pp.82-101.

FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Tese (Doutorado em História Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal Fluminense, 2005.

FREIRE, Américo. “Entre a insurreição e a institucionalização: Lauro Sodré e a República Carioca”. *Texto CPDOC*. N° 26. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. “Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma”. *Domínios da Imagem*, Londrina, Ano I, N.2, 2008.

LUSTOSA, Isabel. “Humor e política na Primeira República”. In: *Revista USP*, São Paulo, N.3, 1989.

_____. “O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp.287-312.

MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. *Fotografias e códigos culturais: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta (1919-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

MARTINS, Ana Luiza. “Imprensa em tempos de Império”. In MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto: 2008, pp.45-80.

SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente: Antônio Lemos (1969-1973)*. Belém: Paka-tatu, 2002.

SEVCENCO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e a criação cultural na Primeira república*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. “O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930”. *Cadernos Avulsos*, nº38. FCRB, 2001.

TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Zé Povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*. Dissertação (Mestrado em História Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.